

revista  
**gtd**  
energia elétrica

 Editora  
Lumière

ano 10 • ed. 62 • jul/ago 2014 • R\$ 15,00

ISSN 1808-9003



**Em pauta:** A conversão dos ventos em desenvolvimento econômico e social

**Entrevista:** Presidente da Apine pede a retomada do diálogo entre agentes e governo

**Redes Subterrâneas:** Confira os destaques da 10ª edição

**PCHs:** Em carta aberta, Abrapch pede correção das distorções que inviabilizam projetos

**Nos bastidores:** Saiba o que tem se falado nos bastidores do setor elétrico

edição

**62**

## VENTOS SOPRAM A FAVOR

Deslançar de projetos eólicos projeta  
uma indústria cada vez mais nacional



## Ventos de otimismo

A energia eólica tem se mostrado o grande destaque dos leilões de energia nova e a expectativa é que o ritmo continue forte em 2014, apesar de um primeiro semestre um tanto quanto claudicante. É bom ver que a indústria nacional está acompanhando esse avanço. As empresas ouvidas pela GTD Energia Elétrica se mostraram otimistas e têm planos para ampliar suas capacidades.

Além desse sinal econômico positivo, também é importante destacar a existência do plano setorial para o desenvolvimento de novas tecnologias, algo que até o momento foi incipiente, até pela pouca idade da indústria brasileira. Por outro lado, é de se lamentar que pouco esteja sendo feito para a redução do grande gargalo, que é a logística. Se a indústria vai para perto dos parques, fica longe da cadeia produtiva. Se optar por proximidade com os fornecedores, fica longe dos empreendimentos. Essa "escolha de Sofia" se traduz em aumento de risco para os empreendedores e preços maiores nos leilões.

Mas a energia eólica também tem seu legado social. Saiba como a fonte ajuda a gerar riqueza (empregos, renda, melhora da qualidade de vida) para as cidades produtoras de vento.

Se para o setor eólico as perspectivas são positivas, para os geradores hidrelétricos existe um sinal de alerta, causado pela crise hídrica. Luiz Fernando Vianna, presidente da Apine, fala sobre o assunto e aponta que o pleito principal dos agentes é a retomada do diálogo com o governo.

Confira ainda nesta edição os principais destaques do 10º Redes Subterrâneas, realizado no início de junho, em São Paulo.

Boa leitura.

**Maria Domingues**

Editora-chefe

maria.domingues@editoralumiere.com.br

revista  
**gtd**  
gestão | transmissão | distribuição



DIRETORIA | diretorio@editoralumiere.com.br  
Diretora Comercial | Lucimara Ricardi  
Diretor Executivo | Thiago Gaya

ADMINISTRAÇÃO | administracao@editoralumiere.com.br  
Richard Schiavo

MARKETING | mkt@editoralumiere.com.br  
Coordenador de Marketing | Márcio Silva  
Assistente de Arte/Marketing | Douglas Carvalho

PRODUÇÃO | redacao@editoralumiere.com.br  
Editora-chefe | Maria Domingues  
Editora-assistente | Natália Bezutti  
Reportagem | Maria Domingues, Natália Bezutti e Wagner Freire  
Editor de arte | Maurício Sumita  
Revisão | Carolina Cairas Coelho

CIRCULAÇÃO E PESQUISA | circulacao@editoralumiere.com.br  
Supervisor | Rodrigo Martins

ASSINATURAS | assinaturas@editoralumiere.com.br

COMERCIAL | comercial@editoralumiere.com.br  
Supervisora Comercial | Liliane Dias | liliane.dias@editoralumiere.com.br

TI E WEB  
Gerente de TI e web | Edison Rahal Tavares

CAPA  
Willian Martins Aquino

A Revista GTD Energia Elétrica é uma publicação da Editora Lumière, possui periodicidade bimestral, distribuição nacional. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não necessariamente refletem as opiniões da revista. Não é permitida a reprodução total ou parcial das matérias sem expressa autorização da Editora Lumière.

CONSELHO EDITORIAL  
Fernando Cunha, ex-presidente da Associação Brasileira de Empresas de Energia Renovável (Abeer) | Newton José Leme Duarte, vice-presidente e diretor da área de GTD da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) | Nivalde J. de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor de Energia Elétrica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Gesel-UFRJ) | Sílvia Maria Calou, diretora-executiva da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE)

TIRAGEM  
6.000 exemplares

filiação à tiragem e circulação auditadas por



Editora  
**Lumière**

EDITORA LUMIÈRE  
Rua Catalunha, 350  
Jaguarié | CEP 05329-030  
São Paulo - SP  
tel./fax: (11) 2827-0660  
www.portalgtd.com.br

OUTRAS PUBLICAÇÕES:

Jornal da Energia

Jornal da Instalação

LUMIÈRE  
electric

L+D  
lmasd.com.br

\*  
GUIA BRASILEIRO DE  
ELETRICIDADE E  
ILUMINAÇÃO

GUIA  
**gtd**  
energia elétrica

# Em busca do diálogo perdido

APINE BRIGA PARA A RETOMADA DO DIÁLOGO ENTRE GOVERNO E AGENTES, PERDIDO APÓS A EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 579 E TODAS AS MEDIDAS DESENCADEADAS POR ELAS

Maria Domingues

**M**ais do que defender os interesses dos geradores, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) tem uma árdua batalha: brigar pela retomada do diálogo entre governos e agentes, relação que ficou bastante estremeçada após a edição da Medida Provisória 579, em 2012. A MP, que dispunha sobre a redução da tarifa da energia e a renovação das concessões de geração e transmissão vincendas até 2017, foi publicada sem a interlocução necessária – na avaliação dos agentes –, o que acabou gerando uma série de consequências para o setor elétrico.

Na busca desesperada por esse diálogo, a Apine foi pioneira em buscar na Justiça essa mediação obrigatória para defender seus interesses ante diversas medidas, como a Resolução nº 03, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a Portaria 455, entre muitas outras. Em entrevista à Revista GTD Energia Elétrica, seu presidente, Luiz Fernando Vianna, afirmou que sabe que o efeito da judicialização pode ser exatamente o contrário: as relações podem estremeecer de vez, mas que esse é um risco que deve ser tomado.

Falando em risco, Vianna também discorreu sobre o principal problema que afeta o setor de geração atualmente, que é o do rebaixamento de garantia física (Generation Scaling Factor – GSF na sigla em inglês), causado pelo déficit hídrico. O GSF ocorre quando a geração é inferior à garantia física das usinas do Sistema Interligado Nacional (SIN). Vianna explica que solucionar esse problema requer

algo muito mais elaborado que o que foi feito, por exemplo, para os distribuidores, que receberam socorro do Governo Federal, em março deste ano.

Vianna acumula mais de 30 anos de experiência no setor elétrico. Iniciou carreira na Copel, onde trabalhou de 1978 a 2002, tendo exercido os cargos de diretor superintendente e diretor de Relações Institucionais. Foi presidente do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico (FMASE), membro dos conselhos Paranaense de Recursos Hídricos, e do Mercado Atacadista de Energia, e também do Conselho Temático de Meio Ambiente (COEMA) da Confederação Nacional das Indústrias. O executivo atuou como consultor na área de energia.

Confira os principais trechos da entrevista:

**O senhor poderia nos passar um panorama sobre a Apine: número de associados, objetivos e destaques da sua atuação?**

A Apine possui hoje 64 associados, foi fundada em 1995 e representa os produtores de energia elétrica. Nossos associados geram mais de 300.000 MW em todo o mundo e aqui no Brasil são 45.000 MW. A associação teve uma participação muito grande em povos importantes no setor. Tivemos uma atuação decisiva na implantação do novo modelo do setor elétrico em 2004, pela então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De lá para cá, atuamos em audiências e consultas públicas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Ministério de Minas



e Energia (MME) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE), levando propostas para o aprimoramento do setor elétrico. Os associados da Apine geram energia a partir de praticamente todas as fontes. Temos desde pequenas centrais hidrelétricas até os grandes empreendimentos, como as usinas hidrelétricas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio).

**Falando sobre o assunto que mais aflige o setor de geração atualmente: A Apine já fechou a estimativa de quanto será o percentual do rebaixamento de garantia física (GSF) das suas associadas?**

Contratamos uma consultoria justamente para levantarmos esses números, mas existe a expectativa de que esse déficit pode ter um impacto setorial de até R\$23 bilhões. Esse estudo deverá ser finalizado nas próximas semanas. Nossa ideia é apresentar ao governo uma proposta de soluções.

**O senhor acredita em um equacionamento para o setor aos moldes do que o governo fez para as distribuidoras?**

Não acredito. O problema das distribuidoras é financeiro enquanto que o dos geradores é econômico. Ou seja, as distribuidoras, se não receberem hoje, poderão ter um auxílio financeiro, receber posteriormente o valor e quitar a pendência financeira. É um problema, basicamente, de caixa. As geradoras não têm tarifa regulada, de forma que possam buscar, agora ou no futuro, o desembolso de hoje. A solução para os geradores é mais complexa.

**O senhor disse que o estudo ainda está sendo feito, mas dá para adiantar que tipo de medida pode ser proposta para ajudar a equacionar esse problema econômico?**

Estamos analisando. Na verdade, estamos tentando buscar a definição ideal para o risco hidrológico. Faz parte do função do gerador administrar o risco hidrológico gerenciável. O não gerenciável não tem como lidar. Um exemplo: Estamos com a geração inteira despachada. Mas pelo modelo que determina a operação do sistema, não deveria estar gerando com todo o parque térmico. O governo, por meio do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), determinou que por uma questão de segurança adicional, fossem geradas todas as térmicas. Esse é um risco que não tem como administrar. É uma decisão fora do modelo do sistema, que é o Newave, faz com que todas as térmicas estejam gerando. Com isso, deixa-se de gerar com as hidrelétricas para gerar com térmica e precisa comprar no mercado de curto prazo para cumprir os contratos. Esse é o risco que não dá para administrar. É nessa linha que estamos buscando uma solução para os geradores para a questão do risco hidrológico. Ou seja, delimitar exatamente o que é o risco gerenciável.

**Especialistas do setor apontam que um eventual impacto negativo causado pelo rebaixamento de garantia física faz parte do risco do negócio de geração. O senhor concorda com essa afirmação?**

O que está incluído no risco do negócio? Essa questão que

falei anteriormente é um exemplo do que não está incluído. Também achamos que os atrasos de obras não estão incluídos [no risco]. Para nós, esse é um problema que não podemos gerenciar. Quem pode fazer isso é a fiscalização, é a Aneel e não os geradores ou transmissores.

**Qual avaliação o senhor faz do setor elétrico pós-Medida Provisória 579 [atual Lei Federal 12.783/13]?**

Não somos a favor da tarifa regulada para geração de energia elétrica. O modelo instituído em 2004 preconizava a existência de dois ambientes, o regulado, para as distribuidoras e transmissoras, e o de livre negociação, seja por meio de leilão ou de negociação direta para os geradores. Se fosse para atender o mercado cativo, o gerador teria que participar de um leilão, enquanto que para atender o mercado livre, a negociação se daria entre gerador e consumidor. A MP579 trouxe a figura da tarifa regulada para as usinas alcançadas por seus dispositivos, ou seja, aquelas que entraram em operação até 1995. Isso foi algo que no passado não deu certo. Acreditamos que existiam outras opções, que chegamos inclusive a propor, de forma a capturar a renda desses ativos amortizados para o consumidor de energia elétrica. Fomos desfavorecidos também da forma como foi feito, faltou discussão com a sociedade e isso fez com que após a MP579, cerca de 20 medidas, entre decretos, MPs e portarias, tivessem que ser expedidas para correção de rumo. Se tivesse existido um diálogo maior, isso não teria acontecido.

**Uma dessas medidas é a Resolução nº 03 CNPE. Como está a situação da ação impetrada pela Apine em nome de seus associados?**

A ação está na fase final, de sentença, agora estamos no de-

senrolar dela. Fomos os primeiros a judicializar, mas diversos agentes e associações seguiram pelo mesmo caminho. São cerca de 50 ações contra a execução da CNPE 03, a maioria delas com liminar.

**Muitos agentes consideram que nunca o setor de energia esteve tão judicializado. Quais são os riscos disso?**

O fato de judicializar é uma forma de impor a existência de um diálogo. Um dos riscos, porém, é reduzir o diálogo com o governo. A Apine tem essa ação contra a CNPE03, mas temos outras por aí. Existe o risco de que isso se alastre pelo setor elétrico e nós não temos esse histórico. Tudo começou com a MP579. Essas situações poderiam ser resolvidas no âmbito da administração.

**Em meio a todo esse panorama, ainda dá para apostar em crescimento?**

O setor elétrico é o mais organizado do País. Ele está enfrentando dificuldades, mas continua sendo o mais organizado. É importante retomar o diálogo para voltarmos, para fazermos os ajustes necessários. Todo modelo, depois de dez anos, precisa de correções de rumo.

**Em evento recente, o senhor apontou uma expectativa de contratação de 1GW solar no próximo leilão. Não se trata de um número muito otimista?**

1GW solar significa 250 MW, porque o fator de capacidade é de 25%. Ouvimos esse número de fontes do governo e da Aneel. É um número otimista, mas existe capacidade de oferta para atender essa demanda.

**O que falta para o desenvolvimento da fonte solar no Brasil?**

Tivemos um diálogo grande com a EPE e com o Governo

## “ O SETOR ELÉTRICO É O MAIS ORGANIZADO DO PAÍS. ELE ESTÁ ENFRENTANDO DIFICULDADES, MAS CONTINUA SENDO O MAIS ORGANIZADO ”

para a elaboração da portaria que vai direcionar esse leilão. O que falta agora é estabelecer um preço-teto compatível com a modicidade tarifária e com o retorno do empreendedor. Ainda há alguns detalhes que estamos verificando, como financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Mas essa questão do preço-teto é muito importante.

### **E qual é o preço-teto ideal?**

Nós temos colocado que o ideal seria na faixa de R\$250/MWh. A fonte eólica, quando entrou, era bem cara. Com o tempo e com a instalação da indústria no país, o preço foi caindo. Se for atualizar o custo da energia vendida pelas primeiras eólicas (do Proinfra), o preço estaria na faixa de R\$450/MWh e hoje já está sendo contratado a R\$125/MWh.

### **Como atrair a indústria para o Brasil?**

É um ciclo. Tem que realizar os leilões, garantir que haja um período de amadurecimento, que permita que o índice de nacionalização seja crescente, não dá para partir de um índice igual ao de outras fontes que já estão estabelecidas no País. Precisa ter um programa que permita esse aumento gradual. E outro ponto importante é não se restringir a um leilão só de solar. Essa sinalização pode vir no Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), apontando para a realização de leilões contínuos. O planejamento energético precisa sinalizar que isso vai acontecer ao longo dos anos.

**A Apine é uma das associações que encabeçam o Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE). Em meio à crise de 2014, as entidades chegaram a pleitear junto ao governo uma cadeira nas reuniões do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). A demanda foi atendida?**

A demanda não foi atendida da forma que o Fórum pleiteou, mas as associações estão sendo chamadas para participar do CMSE. Eu mesmo participei da reunião atrasada e foi bastante interessante. Isso já é um avanço. Não sabemos se essa abertura será constante, mas entendemos que seria bem interessante se isso acontecesse. Iria de encontro à ampliação do diálogo, que citei anteriormente.

### **Quais são as principais bandeiras do FASE no momento?**

São pontos que são comuns a todas as associações. A questão da construção de usinas com reservatórios, algo que foi abandonado há algum tempo, é um exemplo. Isso é muito ruim para o setor. É importante resolver essa questão dos reservatórios. Outra luta comum é a redução da carga tributária, que beneficiaria todo o setor – que é um dos mais tributados da nossa economia. Esses dois pontos são os principais, além da ideia de retomar o modelo de 2004, fazendo com que os ajustes do modelo aconteçam.

### **Aproveitando o gancho de que estamos em um ano eleitoral, qual deverá ser o principal desafio do próximo presidente do Brasil para o setor elétrico?**

No entender da Apine, fazer os ajustes necessários ao modelo para equacionar uma série de problemas. Esse grande diálogo deverá ser realizado entre agentes e o governo, sob o comando do Ministério de Minas e Energia (MME).

### **A Apine pretende entregar propostas aos candidatos a presidente da República e apoiar oficialmente algum deles?**

Os nossos pleitos serão entregues para os principais candidatos. Não sabemos se vamos conseguir nos encontrar com todos, por conta das agendas deles, mas com certeza todos receberão nossa carta. ■